



## A CULTURA POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O BRASIL DO OITOCENTOS.

Paula Ribeiro Ferraz  
Mestre em História – IFMG

**RESUMO:** O presente trabalho está inserido nos debates acerca da chamada Nova História Política, especialmente no que se refere aos estudos sobre as origens da categoria *cultura política* e seus usos pela historiografia. O objetivo é compreender as apropriações e singularidades do liberalismo brasileiro do século XIX, a partir da análise da cultura política da conciliação, seu papel no processo de construção do Estado e sua singularidade na década de 1850, através do “Gabinete da Conciliação”.

**Palavras-chave:** Cultura Política; Conciliação; Brasil Império; Século XIX.

**ABSTRACT:** The presente work is inserted in the debates about the so called New Political History, in what concerns the studies about the origins of the political culture category and its uses by historiography. The goal is to comprehend the appropriations and singularities of the brazilian liberalism in the XIX century, from the analysis of the political culture of conciliation, its job on the process os constructing the State and its singularities in the decade of 1850, through the “Conciliation Cabinet”.

**Key words:** Political Culture; Conciliation; Brasil Empire; XIX Century.

### ***Cultura política: história e historiografia***

No início do século XX a história política passou a estar associada a tudo de obsoleto que tocava as pesquisas históricas. Entretanto, desde a década de 1970, ela vem

retornando ao primeiro plano da cena historiográfica, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, retomaram as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. Inseridos em diversas tradições intelectuais e operando uma estrutura conceitual herdeira de diferentes disciplinas, esses estudos significaram uma revitalização do campo, sublinhando novas e importantes dimensões da política na história. (RÈMOND, 1996 e 1988; GOMES, 1996; KUSCHNIR, 1999).

Foi nesse contexto que a renovada historiografia política apropriou-se do termo *cultura política*, a fim de abrir novas perspectivas de interpretação dos fenômenos políticos, a partir de um viés pouco utilizado pelas abordagens tradicionais. Para os autores que se apropriaram desta categoria,

a análise de fatores culturais como valores, crenças, normas e representações ajuda a esclarecer e a compreender as múltiplas facetas do político, notadamente a origem de determinadas formas de ação e de comportamento na esfera pública, que não se explicam somente pela determinação de interesses individuais ou coletivos, mas também pela influência de valores, da fé e pela força da tradição ou do costume (MOTTA, 2009, p. 9).

Inicialmente, ainda no contexto das ciências sociais, a cultura política foi pensada com a finalidade de compreender a origem dos sistemas políticos democráticos, em termos de espaço nacional, com implicações etnocêntricas. Para isso, os primeiros autores, criaram uma complexa tipologia das diferentes formas de cultura política, definida como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores” (MOTTA, 2009).

Entre os historiadores, o interesse pela cultura política se deu a partir do final dos anos de 1980, dentro do contexto de “hegemonia do paradigma culturalista”. O conceito de cultura política permitiu interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e sensibilidades (GOMES, 2005: 30), ou seja, proporcionou um resgate da ação do homem no campo político, reconhecendo a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem as disputas pelo poder

(GOUVÊA, 1998: 33).<sup>503</sup>

Desde então, uma série de trabalhos tem utilizado a categoria cultura política. Rodrigo Patto Sá Motta, entretanto, destaca o risco da banalização, graças ao uso generalizado do termo, pois “muitas vezes, a categoria tem servido apenas de rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia” (MOTTA, 2009: 14). Assim, é preciso algum rigor no uso de conceitos e categorias, em que se faz necessário reconhecer seus problemas e suas potencialidades.

Para Sirinelli, cultura política pode ser entendida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mas largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998: 350). Ângela de Castro Gomes, por sua vez, a define como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo” (GOMES, 2005: 1). Nesse mesmo sentido, Rodrigo Patto Sá Motta a reconhece como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009: 21).

Embora a definição e as formas de utilização da categoria cultura política variem de autor para autor – pois se trata de um fenômeno de múltiplos parâmetros que permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos - existem alguns pontos de convergência que admitem certa inteligibilidade acadêmica.

Primeiro: um dos consensos é a compreensão de que as culturas políticas só existem em fenômenos estruturados e reproduzidos na longa duração, uma vez que

é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma nova ideia, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir evidente a um grupo importante de cidadãos (BERSTEIN, 1998).

---

<sup>503</sup> Cabe destacar que na historiografia francesa o uso da categoria apareceu no início dos anos 1990, principalmente nos trabalhos de Jean-Pierre Riox e Jean-François Sirinelli, integrantes de um grupo que se formou sob a liderança de René Rémond e se desenvolveu a margem da dominante Escola dos Annales.

Assim, o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças e pela força da tradição. Neste sentido, não há lugar para o efêmero.

Segundo: embora fenômenos do tempo longo, as culturas políticas não devem ser vistas como realidades imóveis, elas funcionam como um corpo vivo que evolui. As evoluções, porém, não resultam apenas das adaptações necessárias às circunstâncias, elas dependem também das influências que exercem as culturas políticas vizinhas. Assim, as que demonstram maior dificuldade para se reciclar correm riscos de perder espaço ou desaparecer.

Terceiro: é preciso considerar também os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas. Instituições como a família, a escola, os sindicatos e a igreja funcionam como canais de socialização política. A ação desses vetores pode ser muitas vezes contraditória, mas é justamente as influências diversas que proporcionam aos atores a construção de uma determinada cultura política (BERSTEIN, 1998: 356-357).

Quarto: o conceito pode ser aplicado também a diferentes espaços, servindo para designar desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos até grupos nacionais ou regionais. E

não há incompatibilidade entre os dois modelos de conceber cultura política, no singular e no plural, o modo pluralista e a perspectiva nacional. É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo [...] ao mesmo tempo convivendo com culturas ou sub-culturas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum (MOTTA, 2009, p. 24).

Berstein acredita que no interior de uma nação exista uma

pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangências que correspondem à áreas de valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inlectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas (BERSTEIN, 1998, p. 354).

É importante ressaltar, porém, o perigo em se afirmar a existência de uma cultura política única ou hegemônica, o melhor é trabalhar com ideia de culturas políticas mais “abrangentes” ou “dominantes”.

Quinto: ao se utilizar a categoria cultura política são necessários alguns cuidados no que se refere à aproximação com outros conceitos. Primeiramente, é importante estar claro que “cultura política não é sinônimo de política cultural, que pode ser definida como o conjunto de ações de determinado Estado ou agente político direcionadas à cultura. (MOTTA, 2009: 25). A cultura política também não deve ser confundida com ideologia.

Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos, valores, representações e ao evocar a fidelidade a tradição (MOTTA, 2009, p. 27-28).

Assim posto, buscaremos analisar a construção do Estado Imperial no Brasil do século XIX a partir desta renovação historiográfica, compreendendo liberalismo e conciliação como culturas políticas significativas neste processo.

### **O Brasil do oitocentos: liberalismo e conciliação**

O movimento de independência e o processo de construção do Estado Imperial brasileiro foram responsáveis pela gestação e difusão de novas culturas políticas. Para Bernstein, o interesse em identificar uma cultura política é duplo: na dimensão individual, permite compreender as raízes e filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos a partir da descoberta de suas motivações; na dimensão coletiva, fornece dados que permitem compreender a coesão de grupos organizados, o fator de comunhão de seus membros, a visão de mundo comum, com leituras partilhada do passado e perspectivas idêntica de futuro (BARATA, 2007: 355).

Segundo Marco Morel, sob a unidade do vocabulário *liberalismo* havia uma diversidade de sentidos, variando de acordo com o tempo, espaço geográfico e lugar social (MOREL, 2005: 48). Desta maneira, não existe nenhuma doutrina genuína do liberalismo, mas sim elementos formais centrais que funcionaram de modos diferentes em contextos e tradições nacionais diversas, sugerindo que no liberalismo há um processo contínuo de reflexão (VICENT, 1995: 35).

A cultura política do liberalismo, e suas possibilidades para o pólo americano<sup>504</sup>, entraram mais efetivamente no Brasil a partir dos desdobramentos da Revolução do Porto, em 1820. Nesse momento, a literatura política transformou-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu essa nova cultura política.

O momento histórico entre 1820 e 1823 configurou-se, portanto, como um período privilegiado, em que a linguagem se politizava e entrava na vida pública [...] a oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia regenerar, e o liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político dessa época (NEVES, 2001, p. 79).

Segundo Maria Fernanda Martins, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres, livre de qualquer gênero de censura,

Encontrou ávidos leitores e ajudou a preparar uma nova geração de políticos e intelectuais que brilharia nos debates do Primeiro Reinado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e os adeptos do chamado 'liberalismo doutrinário', que teria em Paulino Soares de Sousa, visconde do Uruguai, mais tarde conselheiro de Estado, um de seus principais expoentes (MARTINS, 2007, p. 65).

Os *Manifestos* de 1 e 6 de agosto de 1822, redigidos respectivamente por Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio, são indicadores de uma nova ordem político-social que se formava. Ledo, com uma posição mais radical, ao criticar o restabelecimento do sistema colonial no Brasil, declarava ser incompatível conciliar este plano absurdo e tirânico com as Luzes e o liberalismo que altamente apregoava o Congresso português. Era uma declaração de liberdade e de independência, numa atitude de hostilidade as Cortes de Lisboa. Já Bonifácio, herdeiro da tradição coimbrã, procurava mostrar, sobretudo, que ao consolidar-se a liberdade brasileira, pretendia-a também salvar Portugal de uma nova classe de tiranos, que se encontravam nas Cortes. Nesse sentido, a conotação de liberalismo era mais moderada, sendo um instrumento de equilíbrio de poderes, em especial, um meio de deter o avanço das Cortes de Lisboa. (MARTINS, 2007: 87-88).

Com o tempo, uma nova realidade se impôs e converteu o ideal liberal em uma

---

<sup>504</sup> O discurso liberal no Brasil, com todas as suas especificidades, constituiu-se herdeiro da corrente do liberalismo pós Revolução Francesa, o que Pierre Manent denominou de "segundo liberalismo", "que se manifestou na primeira metade do século XIX, assemelhou-se muito pouco ao primeiro [...] Toda tarefa do segundo liberalismo consistiu, de certa maneira, em absorver o choque produzido pelo complexo de acontecimentos, sentimentos e idéias condensados na expressão: Rosseau e a Revolução Francesa" (MANET, 1987: 123).

proposta de separação, culminando com a independência. Quando, por fim, D. Pedro I foi coroado, o Império brasileiro triunfara, mas os atores mais democráticos encontravam-se presos ou exilados. Restou a possibilidade de uma monarquia constitucional, nos moldes daquelas que a Europa da Restauração conhecia desde 1815. Estava assim, lançadas a bases do “liberalismo moderado” (BARRETO, 1989: 72). Deste modo, “o Império do Brasil nasceu sob o signo de um Estado cujos traços pareciam atribuir, na realidade, ao absolutismo ilustrado a paternidade” (NEVES, 2001: 101).

O liberalismo moderado afirmou-se também na Constituição de 1824. Numa época marcada pela busca da legitimidade constitucional que não representasse nem um retorno ao Antigo Regime nem um aprofundamento revolucionário, a corrente doutrinária defendida por Benjamin Constant<sup>505</sup> encontrou adeptos na elite política nacional. (BARBOSA, 2001). Constant simpatizava com o ideal de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo. Para Silvana Mota Barbosa, existem dois pontos centrais nas obras de Constant.

Primeiro, não resta dúvidas de que Benjamin Constant foi o teórico mentor da principal novidade da Constituição de 1824 – o poder moderador – quando elaborou e reelaborou ao longo de sua vida política a estrutura de quatro poderes e a teoria de um poder real ou poder neutro. As mudanças aconteceram na forma como ele reforçava ou não determinados aspectos deste poder na estrutura política. Um segundo ponto é que em seu amadurecimento intelectual, ligado aos eventos políticos franceses, percebe-se sua preferência pela monarquia constitucional, como forma de governo mais adequada à plena efetivação do sistema representativo, preferência esta que teria servido para aumentar as simpatias por sua obra num recém-fundado Império (BARBOSA, 2001, p. 60).

Para além dos conflitos iniciais que marcaram o Primeiro Reinado, a abdicação e a Regência abriram dois caminhos para a efetiva ascensão da política moderada: a representação parlamentar e as reformas constitucionais (SILVA, 2009: 199). Entretanto, a maioria moderada que dominou os primeiros anos da Regência, dividiu-se a respeito do aprofundamento da reforma liberal. Segundo Jeffrey Needell,

um movimento de reação levou a um novo partido majoritário em 1837, privilegiando um Estado forte equilibrado com parlamento e gabinetes representativos. Este partido, posteriormente conhecido como os Conservadores, enfrentou uma oposição, depois conhecida como os

---

<sup>505</sup> BARBOSA, Silvana Mota. “A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial”. Campinas, SP: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2001.

Liberais que, embora compartilhassem algumas crenças liberais, inicialmente compuseram uma aliança de ocasião (NEEDELL, 2009).

O período que se estende da abdicação de D. Pedro I, em 1831, à ascensão do Gabinete da Conciliação, em 1855, foi, segundo Fábio Santa Cruz marcado por *ondas conciliatórias*. Embora o autor não trabalhe com o conceito de cultura política, identifica nos debates parlamentares uma busca pela conciliação, pela moderação política. Fábio Santa Cruz identifica no *Regresso*, porém, assim como Needell, um momento de ruptura com a ideia de conciliação, em nome de uma política conservadora (CRUZ, 2008). Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães a face revolucionária do liberalismo moderado também sobreviveu e, “embora mutilada pelo insucesso de 1832, conseguiu recompor-se e veio desabrochar, desfechando um outro Golpe, desta vez bem sucedido, o da Maioridade, em 1840” (GUIMARÃES, 2001).

Jeffrey Needell ressalta, porém, que no momento em que D. Pedro II começou a assumir maior controle sobre assuntos políticos, os grandes nomes da política imperial “foram aparentemente atraídos para uma crescente moderação partidária e para um reformismo gradual, sendo incorporados ao poder no despertar da própria direção política do imperador” (NEEDELL, 2009: 19). Essa mudança, marcada pela maturidade de D. Pedro, daria o tom da política do Segundo Reinado e, especialmente, do Gabinete da Conciliação (1853-1857).

José de Alencar definiu a política proposta pelo marquês do Paraná com as seguintes palavras: “A conciliação. É verdade que esta palavra resumia toda a situação, e não era senão o eco mais ou menos remoto do pensamento de todos os homens da política; era o fato palpitante, a fase saliente da época.” Trata-se de um artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 1856, por ocasião da morte do idealizador da Conciliação.

De fato, o fim da Revolução Praieira (1849) marcou uma nova fase para liberais e conservadores (MARSON, 1987 e 2005). Enquanto os conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, os liberais, depois das experiências frustradas, buscavam novas estratégias para se aproximar do poder. E foi nesse contexto que assumiu o décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, conhecido como o Gabinete da Conciliação. Para

Paraná “a conciliação não significava unir os partidos, nem tão pouco conferir-lhes unidade de pensamento. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política, de forma a garantir um apoio mais amplo ao ministério” (VAINFAS, 2002: 154).

Deste modo, é necessário, primeiramente, compreender o Gabinete da Conciliação, assim como muitos dos gabinetes entre 1840-1870, como fruto de uma cultura política liberal moderada, gestada e praticada ao longo do processo de construção do Estado Imperial. Como ressalta Maria Fernanda Martins,

esse ideal de imparcialidade já vinha caracterizando o pensamento político brasileiro desde os primórdios do regime constitucional, do qual era testemunho a própria adoção e manutenção do Poder Moderador, e que patrocinaria o espírito da conciliação, perseguida tão habilmente pelo marquês do Paraná na década de 1850 (MARTINS, 2007, p. 110).

Nesse sentido, o Gabinete da Conciliação representou a coroação de uma cultura política que visava, em última instância, diminuir os conflitos internos da elite, possibilitar a execução de um programa de reformas que necessitava de um amplo apoio político e, por fim, garantir a governabilidade do Estado. A importância de se identificar a cultura política da conciliação está ligada a dois aspectos: primeiro, explica a matriz cultural, o substrato comum dos estadistas; segundo, situa o gabinete em um contexto mais amplo da formação do Estado e da Nação. (MATTOS, 2004; CARVALHO, 2008).

Deste modo, é preciso ressaltar três pontos centrais: primeiro, a cultura política da conciliação não surgiu com o gabinete de seis de setembro de 1853 e, tampouco, desapareceu após a sua saída; segundo, paralelamente a essa cultura política, surgiram e se desenvolveram outras culturas políticas; terceiro, é importante notar que a existência de uma cultura política da conciliação não assegurou a tranquilidade do Império ou garantiu a ausência de conflitos políticos. Na prática, a moderação refletia mais uma negociação do que um comedimento e, sendo assim, nem sempre foi capaz de conter os desacordos.

Para além disso, e quando se estabelece um enfoque mais conjuntural, é possível perceber ainda que, embora a conciliação fosse parte da cultura política do Império, especialmente até 1870<sup>506</sup>, D. Pedro II, Paraná e seu grupo, souberam utilizar tal

---

<sup>506</sup> Segundo José Murilo de Carvalho o sistema imperial começou a cair em 1871, após a Lei do Ventre Livre (CARVALHO, 2008: 322).

cultura de modo a efetivar um projeto de governo que, até o momento, não havia sido concretizado. Ou seja, a cultura política da conciliação forneceu inspiração e subsídios para a construção de um projeto político mais específico durante os anos do Gabinete Paraná.

Por fim, sobre o contexto no qual a Conciliação foi gestada e se desenvolveu, bem como os anos posteriores ao gabinete, podemos dizer que

a derrota do radicalismo – cujo símbolo foi o fracasso da Praia pernambucana – foi a derrota do espírito revolucionário, a vitória de uma forma própria de reformismo: excludente e de caráter gradualista, organizado, dirigido e controlado pelo Estado. Foi a vitória de uma versão conservadora do liberalismo, despojada de heroísmo e referência popular. Sob as frustrações e desventuras do democratismo liberal, ergueu-se e consolidou-se um sistema monárquico de tipo parlamentarista que – amoldando-se às características do país e reforçando-as – cimentou um mecanismo institucional alimentado por um jogo político de poucos parceiros. Com ele, o país conheceu uma longa época (cerca de três décadas) de aparente estabilidade, modernização e progresso material, com os conflitos controlados de cima, reformas postergadas *ad nauseum* e importantes traços coloniais reproduzidos. (MARTINS, 2007).

## Conclusão

O trabalho procurou demonstrar como o liberalismo, enquanto cultura política, forneceu para os construtores do Estado Imperial leituras comuns do passado e inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro. Tal cultura política foi determinante no desenrolar dos acontecimentos do Império. A elite política imperial compartilhou valores, tradições, práticas e representações políticas que possuíam em comum o desejo de construir o Estado e manter a ordem, sem perder de vista os elementos-chaves de um sistema político moderno e liberal.

Deste modo, a análise da cultura política liberal característica do Brasil do XIX, bem como da interligada cultura política da conciliação, das quais o Gabinete da Conciliação é parte fundamental, nos ajuda a entender a origem de determinadas formas de ação e de comportamento dentro da esfera pública, que não se explicam somente por determinados interesses individuais ou até mesmo coletivos, mas também pela influência de valores e pelas forças da tradição.

## Bibliografia

BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de

Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 355.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Campinas, SP: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2001.

BARRETTO, Vicente & PAIN, Antonio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Editora da USP, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição.

CARVALHO, Marcus. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº8, novembro 2008.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história” política**: o retorno da história política. Resenha de RÉMOND, René (org). Pour une histoire politique. Paris: Servil, 1988. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.265-271, 1992.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no Campo da História Cultural. **Revista de História Regional**. Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.103-126.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.13, n.24, 1999.

MANET, Pierre. **História Intelectual do Liberalismo: Dez Lições**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

MARSON, Izabel. Poupar os submissos e debelar os soberbos: humilhar para conciliar. In: MARSON, I. A. e NAXARA, M. (org.). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Ed. UFU, 2005.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOREL, Marcos. **As Transformações dos Espaços Públicos: atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p.13-37.

NEVES, Lúcia Maria Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.73-101.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV / UFRJ, 1996.

SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTA CRUZ, Fábio. **Em busca da conciliação**: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil. Brasília, DF: Tese de doutoramento em História, UNB, 2008.

VICENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.